

---

**COOPERAÇÃO E RENDA: ESTUDO DO ASSENTAMENTO  
OLGA BENÁRIO EM SANTA TEREZA DO OESTE – PARANÁ**

**COOPERATION AND INCOME: A STUDY OF THE OLGA  
BENÁRIO SETTLEMENT IN SANTA TEREZA DO OESTE –  
PARANÁ**

**COOPERACIÓN Y IGRESOS: ESTUDIO REALIZADO EN EL  
ASENTAMIENTO OLGA BENÁRIO UBICADO EN EL  
MUNICIPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE – PARANÁ**

Junior Chaves Rodrigues<sup>1</sup>

Marisete dos Santos Brandalize<sup>2</sup>

Rosane Terezinha Felipe<sup>3</sup>

Simone Grisa<sup>4</sup>

Irene Carniatio<sup>5</sup>

Wilson João Zonin<sup>6</sup>

**RESUMO:** A trajetória das mulheres na agricultura foi marcada por obstáculos e superações. Na produção e nas agroindústrias familiares, elas exercem um papel fundamental, contribuindo com o conhecimento sobre tecnologias, processamento de alimentos e estratégias de comercialização. Este estudo tem como objetivo compreender o papel das mulheres na agroindústria instalada no assentamento Olga Benário, em Santa Tereza do Oeste, Paraná e a sua relação com as políticas públicas, a fim de verificar se elas ocorrem de fato. A metodologia foi um estudo de caso com entrevistas semiestruturadas. Constatou-se que a geração de renda é um fator determinante para a autonomia feminina, diretamente relacionado com a existência de políticas como os mercados

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Marechal Candido Rondon, Paraná, Brasil. E-mail: jrjuniorxaves@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-6732-1285>

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Marechal Candido Rondon, Paraná, Brasil. E-mail: marisetedossantosbrandalize@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3893-2968>

<sup>3</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Marechal Candido Rondon, Paraná, Brasil. E-mail: rosane.tfelipe@outlook.com <https://orcid.org/0009-0006-0139-2669>

<sup>4</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Marechal Candido Rondon, Paraná, Brasil. E-mail: simonegrisaidr@gmail.com <https://orcid.org/0000-0001-6918-1362>

<sup>5</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel, Paraná, Brasil. E-mail: irenecarniatio@gmail.com <https://orcid.org/0000-0003-1140-6260>

<sup>6</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Marechal Candido Rondon, Paraná, Brasil. Email: wilsonjoazonin@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-3364-5599>

---

institucionais. As mulheres demonstram capacitadas e autônomas em suas trajetórias e engajadas na realização de seus objetivos, com voz ativa nas decisões do coletivo.

**Palavras-chave:** Cooperativismo; autonomia; Agroindústria.

**ABSTRACT:** The trajectory of women in agriculture has been marked by obstacles and challenges. In production and family agro-industries, they play a fundamental role, contributing their knowledge of technologies, food processing and marketing strategies. The aim of this study is to understand the role of women in the agro-industry set up in the Olga Benário settlement in Santa Tereza do Oeste, Paraná, and their relationship with public policies, in order to see if they are actually taking place. The methodology was a case study with semi-structured interviews. It was found that income generation is a determining factor for female autonomy, directly related to the existence of policies such as institutional markets. The women have shown themselves to be empowered and autonomous in their trajectories and engaged in achieving their goals, with an active voice in the collective's decisions.

**Keywords:** Cooperativism; autonomy; Agroindustry.

**RESUMEN:** La trayectoria de las mujeres en la agricultura há sido marcada por escollos y superaciones. En la producción y en las agroindustrias familiares, ellas ejercen un rol fundamental, contribuyendo con el conocimiento sobre las tecnologías, procesamientos de alimentos y estrategias de comercialización. El objetivo de este estudio es comprender el papel de las mujeres en la agroindustria instalada en el asentamiento Olga Benário, ubicado en el municipio de Santa Tereza do Oeste en el Estado de Paraná y su relación con las políticas públicas, si de hecho este ocurre. La metodología aplicada fue un estudio de caso con entrevistas semiestructuradas. Se percató que la generación de renta es un factor decisivo para la autonomía femenina, diretamente relacionado con la existência de políticas como los mercados institucionales. Las mujeres demuestran capacitadas y autónomas en sus trayectorias y comprometidas em la realización de sus objetivos, con voz activa y decisiones del colectivo.

**Palabras claves:** Cooperativismo; Autonomía; Agroindustria.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, estima-se que existam mais de 4 milhões de famílias que trabalham na atividade agrícola no país, gerando emprego e renda em diversos municípios brasileiros. A agricultura familiar<sup>7</sup> também é um segmento importante para a produção de alimentos saudáveis e orgânicos, e o mercado consumidor tem procurado cada vez mais produtos elaborados de forma justa e solidária. Esses alimentos têm ganhado cada vez mais destaque em todo o mundo, e no Brasil não é diferente. De acordo com dados do IBGE (2017), ela

---

<sup>7</sup> Agricultura familiar é uma atividade de produção agrícola realizada por membros da família e proprietários da terra, que vivem nesse espaço, cujo capital é dos próprios membros da família e o patrimônio também é transferido entre os membros. Normalmente tem uma produção diversificada em termos econômicos e culturais e que permitem a permanência desses membros na propriedade. (IBGE; ABRAMOVAY (1997))

---

representa, hoje, uma fatia significativa do mercado brasileiro, com mais de 700 mil empreendimentos solidários em todo o país, e é uma importante ferramenta para a inclusão das mulheres no processo produtivo.

O empoderamento feminino é um tema em discussão na atualidade. Na agricultura, por exemplo, é um setor que vem investindo na inclusão e capacitação de mulheres, proporcionando maior autonomia e independência financeira. As mulheres têm conquistado

---

espaços que, antes, eram predominantemente ocupados por homens. A inclusão dessas mulheres no cooperativismo solidário é uma vitória não só para elas, mas também para a economia do país, uma vez que a diversidade e a inclusão auxiliam no seu desenvolvimento.

No cenário da sustentabilidade mundial, é possível afirmar que o trabalho está comprometido com a agenda 2030, em doze, dos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bemestar; igualdade de gênero, trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; consumo e produção responsável; combate às alterações climáticas; paz, justiça e instituições fortes e parcerias em prol do desenvolvimento sustentável (ONU, 2023).

Este artigo possibilita aos leitores, e aos pesquisadores que trabalharam na sua elaboração, o conhecimento da história do Movimento dos Sem Terra do Assentamento Olga Benário, da agroindústria, do cooperativismo solidário por meio da Cooperativa da Reforma Agrária e Agricultura Familiar (COPCRAF), da importância da produção de alimentos saudáveis e das políticas públicas.

A partir das entrevistas, procurou-se conhecer a trajetória do Assentamento e as atividades desenvolvidas, voltando a atenção para a mulher no desenvolvimento da produção de alimentos e a sua percepção quanto à questão de gênero. O objetivo deste trabalho é compreender o papel das mulheres na agroindústria na geração de renda, a fim de verificar se ele ocorre de fato; também busca-se analisar o quanto as políticas públicas, em especial o mercado institucional, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), influenciam no processo de liderança feminina e na economia solidária.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

---

A pesquisa destaca algumas temáticas principais: a importância da participação da mulher no processo de desenvolvimento rural sustentável e da reforma agrária; a política pública dos mercados institucionais, com destaque para o PNAE, e a participação feminina, o cooperativismo solidário e as relações de gênero.

No que se refere à importância da participação da mulher no processo de desenvolvimento rural sustentável e da reforma agrária, a pesquisa utilizou, como principais bibliografias, Gadelha (2020) e Santos (2008). Gadelha (2020) aborda a desvalorização do trabalho feminino, a falta de reconhecimento e a imposição do autoritarismo patriarcal sobre as mulheres. Já Santos (2008) aborda as lutas das mulheres a partir da década de 1990, cujas atividades ficaram mais evidentes e organizadas na busca de melhores condições de trabalho na agricultura.

Com relação ao trabalho feminino no Assentamento Olga Benário, em modo especial, Siliprandi (2007) aborda os movimentos e reivindicações das mulheres camponesas da reforma agrária por políticas públicas com direitos específicos para elas, com o qual contribuiu para o empoderamento feminino e o desenvolvimento econômico e social na agricultura. No que tange diretamente ao trabalho das mulheres nas agroindústrias, Demétrio (2022) destaca o papel da mulher nas agroindústrias e o processo de comercialização de alimentos nos programas institucionais.

Por agroindústria Schinaider et al. (2018) entende que é algo presente constantemente no Brasil, unindo produção econômica, proteção ambiental em peculiaridades culturais e sociais em uma única atividade familiar, além de beneficiar a própria produção agrícola na maioria dos casos.

Mior (2005) traz elementos que a agroindústria familiar também pode ser definida a partir de sua localização rural, pelas máquinas e equipamentos de menor escala daquelas indústrias maiores, e pelo uso de matérias-primas próprias ou adquiridas da vizinhança, além do importante aspecto da utilização majoritária da mão de obra familiar. Dando toques genuínos de produções artesanais.

Diante destes aspectos, as sessões seguintes farão incorporações dos elementos centrais para a discussão do trabalho.

---

## HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E DA REFORMA AGRÁRIA

As mulheres sempre tiveram um papel importante na história da agricultura, embora esse papel nem sempre tenha sido reconhecido. No período Neolítico, mais especificamente entre 8000 a.C. e 4500 a.C., houve uma grande mudança no modo de vida dos seres humanos, que passaram de nômades a sedentários. Nesse cenário, a agricultura teve um papel fundamental, pois permitiu o cultivo de alimentos que eram importantes para a sobrevivência das comunidades. As mulheres desempenharam um papel essencial nesse processo, já que eram elas que cuidavam da coleta das sementes, do plantio e da colheita (Mazoyer; Roudart, 2010). Em muitos casos, detinham o conhecimento das plantas medicinais e da cura de doenças que afetavam os animais e as pessoas.

Essas evidências mostram que a agricultura não foi criada apenas pelos homens, mas sim por uma combinação de esforços entre homens e mulheres. Apesar disso, a visão de que a agricultura é uma atividade masculina ainda é muito presente na sociedade atual. Durante muitos séculos, o trabalho feminino no campo foi visto como uma obrigação, e não como um direito ou uma contribuição significativa para a economia local.

Nos últimos anos, a participação das mulheres nos processos de desenvolvimento rural tem sido cada vez mais evidente. Apesar dos desafios ainda presentes, a presença feminina na agricultura se mostra fundamental para o progresso do campo (Buckles; Negro, 2004). A agricultura é uma das atividades mais antigas e importantes para a humanidade, e, com a revolução industrial, apresentou um avanço tecnológico gigantesco, que inclui maquinários, insumos, sementes e ferramentas de medição e controle (Erazo; Costa; Silva, 2021; Favare; Yada, 2019). Essas melhorias reduziram perdas e aumentaram a produtividade dos alimentos, mas, ao mesmo tempo, limitaram a segurança alimentar na perspectiva de garantir alimentação de qualidade e em quantidade para todos (Silva, 2020).

A história da mulher na agricultura é repleta de desafios e conquistas. Durante séculos, a vida das mulheres agricultoras foi marcada por um trabalho duro e não remunerado, muitas vezes realizado em condições precárias e sem direitos trabalhistas. No entanto, ao longo do tempo, as mulheres rurais têm se organizado em movimentos que buscam valorizar seu trabalho e sua contribuição para a segurança alimentar, equidade de gênero e o desenvolvimento rural (Varotto, 2018).

---

Gadelha (2020), em estudos sobre agroecologia<sup>8</sup> e desenvolvimento sustentável, mostra que as mulheres desempenham um papel fundamental nos sistemas agrícolas, desde a seleção de sementes até a adoção de técnicas de conservação de solo e água. No entanto, seu trabalho, em muitos casos, é invisível, desvalorizado e sub-recompensado, com base no modelo de patriarcado. Relações de opressão e autoritarismo limitam a capacidade de tomar decisões e de investir em suas áreas de produção e de conhecimento.

No Brasil, a luta das mulheres agricultoras teve maior visibilidade a partir da década de 1990. Nessa época, começaram a surgir redes e organizações de mulheres rurais que buscavam melhorar as condições de trabalho e de vida no campo (Santos, 2008). Esses movimentos reivindicavam, entre outras coisas, o reconhecimento do trabalho das mulheres rurais, a valorização dos saberes tradicionais e o acesso a políticas públicas específicas.

---

Nesse cenário, a possibilidade de as mulheres assumirem posições de liderança e ser ouvidas na tomada de decisões relacionadas à agricultura é essencial. A reforma agrária também é um caminho para a promoção da equidade de gênero no campo. A criação de políticas públicas específicas para a inclusão de mulheres na reforma agrária, por exemplo, é uma forma de garantir que elas tenham acesso à terra, crédito e assistência técnica, o que pode garantir melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades produtivas (Brasil, 2017).

Para Siliprandi (2007), os movimentos de mulheres rurais, que, ao mesmo tempo participavam de movimentos mistos (pela reforma agrária e por políticas agrícolas diferenciadas para os agricultores familiares), construía as suas reivindicações específicas (pelos direitos previdenciários das mulheres, pela titulação conjunta dos lotes, por crédito específico para elas, entre outras). A sua organização se deu tanto por dentro das organizações mistas (sindicatos, Movimento Sem Terra, associações de produtores) como também na forma de movimentos autônomos (de trabalhadoras rurais, de camponesas, associações de mulheres). No contexto da pesquisa, o nome feminino do assentamento estudado (Olga Benário) está relacionado à constante luta necessária para a garantia de direitos das camponesas.

---

<sup>8</sup> Entender a agroecologia com práxis (teoria e prática) sugere a possibilidade de incorporação da dimensão ecológica na produção de alimentos. Também compreende as dimensões da soberania alimentar e projeto de sociedade, ciência, e luta por territórios (Guhur, Silva, 2021).

---

Um dos marcos dessa luta foi a criação da Lei n.º 11.326/2006, também conhecida como Lei da Agricultura Familiar (Brasil, 2006). Essa lei reconhece a importância do trabalho das mulheres rurais para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável, e estabelece medidas para promover a igualdade de gênero no campo. Entre essas medidas, estão a inclusão das mulheres rurais nos programas de assistência técnica e extensão rural, a concessão de crédito para mulheres agricultoras e a garantia do direito à terra.

Pesquisas realizadas por Loli, Lima e Silochi (2019) indicam que, quando as mulheres estão presentes nas atividades rurais, ocorre uma melhoria significativa na produtividade e na qualidade de vida das famílias camponesas. Além disso, a capacitação dessas mulheres para lidarem com a gestão de recursos e finanças traz autonomia e independência econômica, fator importantíssimo para o desenvolvimento de comunidades menos favorecidas. Caldart *et al.* (2012) destacam, ainda, a importância do reconhecimento do cuidado com os filhos e do trabalho doméstico, assumidos pelas mulheres, tarefas que, muitas vezes, são ignoradas ou menosprezadas. É importante destacar que as mulheres são as principais responsáveis pela preparação das refeições em muitas famílias, escolas e restaurantes populares, e, portanto, têm um papel fundamental na promoção de uma alimentação saudável e

equilibrada. Além disso, as mulheres podem incentivar o consumo de alimentos locais, frescos e sazonais, contribuindo para a economia local e para a diversidade alimentar (MDS, 2023).

Ainda, de acordo com Demétrio (2022), as mulheres também têm um papel relevante na agroindústria, com conhecimentos sobre tecnologias de produção, processamento e comercialização de alimentos, com a finalidade do abastecimento local e regional. A melhoria da qualidade dos produtos ofertados, bem como a melhoria alimentar e nutricional dos consumidores, proporciona o fortalecimento das agroindústrias familiares.

Kroth, Geremia e Mussio (2020) destacam que a priorização de uma alimentação saudável para os estudantes contribui para a formação de hábitos saudáveis de alimentação. Para esses autores, as políticas públicas são fundamentais para garantir a alimentação adequada de crianças que não têm acesso a uma dieta saudável em casa. As mulheres (agricultoras, professoras, nutricionistas e merendeiras) não medem esforços para garantir que as refeições escolares sejam nutritivas e adequadas para a idade e para as necessidades nutricionais das crianças. Nesse sentido, políticas públicas devem considerar o reconhecimento e valorização desse trabalho.

---

## A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA PÚBLICA DO MERCADO INSTITUCIONAL

Desde a designada modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas direcionadas para a agricultura privilegiaram a esfera produtiva das *commodities*, voltadas às exportações e produzidas nos latifúndios, ou seja, a monocultura. Porém, na medida que emerge a consciência de que o modelo agrícola até então adotado era insustentável, a agricultura familiar passa a ser considerada, por muitos estudiosos, uma grande aliada da sustentabilidade nas suas esferas econômica, ambiental e social (Santos; Cândido, 2013). Por esse motivo, foi necessária a criação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

De acordo com Maluf e Flexor (2017), os incentivos à agricultura familiar proporcionaram a diversificação das economias dos territórios por meio dos estímulos aos empreendimentos locais, apoiados no mercado institucional. A agricultura familiar é uma imprescindível aliada do desenvolvimento rural local. É nesse contexto de valorização da agricultura familiar, por meio de políticas públicas, que as mulheres ganham importante espaço. A família é o componente estratégico no mencionado modelo de produção.

Segundo

Menasche (2007), faz-se necessário conhecer a importante função desempenhada pela mulher no funcionamento da unidade familiar agrícola, tanto na produção de alimentos para autoconsumo como na comercialização em sistemas agroindustriais.

Na busca pela valorização da agricultura familiar, o governo federal criou, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que busca proporcionar o aumento da produtividade e da renda desse segmento rural. A partir dos primeiros anos deste século, outras políticas públicas surgiram para aperfeiçoar o PRONAF, ligando a agricultura familiar a outros setores produtivos e sociais, tais como a educação escolar e o atendimento às populações em situação de vulnerabilidade. Dentre estes programas governamentais voltados para a agricultura familiar, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais unem a agricultura familiar a políticas públicas voltadas para a assistência social e a educação escolar (Nascimento; Johann; Basso, 2017). Segundo Grisa e Schneider (2014), o PAA e o PNAE são políticas públicas mediante as quais são adquiridos alimentos dos agricultores familiares, geralmente no modelo de compra com doação simultânea (CDS).

---

Historicamente, o PNAE esteve ligado à agricultura familiar. Todavia, algumas políticas públicas nas últimas décadas estreitaram esses laços. Em 2009, a Lei n.º 11.947 estendeu o programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos da Educação Profissional e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), estabelecendo que, no mínimo, 30% dos recursos repassados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam investidos na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar (Grisa; Schneider, 2014).

Dessa forma, a pesquisa tem o objetivo de refletir sobre como as mulheres da agricultura familiar e da Reforma Agrária tiveram acesso aos mercados institucionais. “Nas últimas décadas essas políticas públicas têm sido redesenhadas de maneira a assegurar a participação das mulheres rurais, principalmente no tocante à garantia de renda” (Silva, 2019, p. 8). Portanto, é possível verificar que a participação das mulheres camponesas nos programas institucionais só aconteceu nas últimas décadas.

No passado as políticas agrícolas estavam voltadas, quase exclusivamente, ao agronegócio, as mulheres agricultoras eram dependentes da figura masculina e impossibilitadas de ter acesso aos recursos oferecidos pelas políticas públicas. As atuais políticas públicas para as mulheres camponesas são resultantes de um intenso e prolongado processo de lutas e reivindicações por igualdade de direitos. Dessa forma, as mulheres agricultoras lutam por seus direitos de valorização, por meio de integralização nas políticas públicas. Desde o seu surgimento, os programas institucionais PAA e PNAE concedem espaço para a participação das mulheres camponesas, as quais são citadas entre os grupos prioritários (Brasil, 2009).

De acordo com Silva (2019), as políticas públicas específicas para as mulheres do campo proporcionaram mais autonomia. O empoderamento feminino se tornou um discurso comum nos meios acadêmicos e nos movimentos das mulheres que discutem as lutas sobre gênero, em especial nos movimentos sociais ligados ao campo.

Entretanto, em 2016, no que se refere às políticas públicas para as mulheres e, conseqüentemente, para as mulheres agricultoras, ocorreu um grande retrocesso por meio da Medida Provisória n.º 726. Sobre isso, Oliveira *et al.* (2018) escrevem:

Em relação às políticas públicas de valorização da mulher no Brasil, a Medida Provisória n. 726, de maio de 2016, extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, que havia sido criado em 2015. Com a reforma, a Secretaria de Políticas

---

para Mulheres (SPM) passou a ser vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania. A SPM foi criada em 2003, com o objetivo de combater todas as formas de preconceito e discriminação, por meio da valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural (SPM, 2016) (Oliveira *et al.*, 2018, p. 634).

Em 2023, com a mudança no governo federal, o PAA foi recriado. O novo modelo estabelece critérios diferenciados para povos indígenas e comunidades tradicionais, para atender a realidades culturais e sociais específicas. No que se refere à temática desta pesquisa, o programa concede prioridade para assentamentos da Reforma Agrária, negros, mulheres e juventude (Brasil, 2023).

Enfim, de acordo com os objetivos da pesquisa, é necessário considerar a organização das mulheres camponesas e a participação nos sistemas agroindustriais por meio do cooperativismo e associativismo. As cooperativas e associações são fundamentais para a formação e desenvolvimento das agroindústrias de pequeno porte. O principal objetivo do cooperativismo é trabalhar em equipe, visando aos interesses econômicos e sociais dos cooperados para o desenvolvimento produtivo.

Um percentual considerável de agroindústrias ligadas à agricultura familiar e, em modo particular, aquelas ligadas aos assentamentos/acampamentos da Reforma Agrária, são organizadas por mulheres camponesas. Dessa forma, como demonstra o estudo de caso do Assentamento Olga Benário, as agroindústrias são de suma importância para a agricultura familiar, para o desenvolvimento territorial, para geração de renda a mulher do campo e para a valorização dos produtos culturais da região (Lutke; Costa, 2019).

## **COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO E AS QUESTÕES DE GÊNERO**

Na Europa, o cooperativismo surgiu como uma reação às questões socioeconômicas criadas pelo capitalismo. No Brasil, ele teve origem a partir de necessidades das próprias elites e foi direcionado para uma economia predominantemente agroexportadora. Explica-se, desse modo, a reduzida identificação e atuação política do cooperativismo brasileiro no que se refere às questões sociais. Essa realidade ficou mais evidente com o surgimento da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O surgimento da OCB, na década de 1960, teve como finalidade centralizar, em uma única instância, as diferentes e conflitantes forças que atuavam junto ao cooperativismo brasileiro.

---

No que tange aos aspectos legais, a Lei 5.764 de 1971 afirma, no art. 3º, que a cooperativa é uma sociedade de pessoas com formas e natureza jurídica própria, não sujeitas à falência, organizadas para prestar serviços aos associados, e sem finalidade lucrativa própria. Bialoskorski Neto (1997) atesta que as cooperativas ou associações encontram-se posicionadas entre as economias particulares dos cooperados e o mercado, ou seja, são consideradas estruturas intermediárias e importantes para os produtores.

A garantia de liberdade de associativismo no Brasil foi contemplada pela Constituição de 1988, em seu Artigo 5º, inciso XVIII. A história das cooperativas no Brasil, embora as leis anteriores sobre o cooperativismo apresentem a Constituição Federal de 1988 como um marco divisor. Desde então, as cooperativas estabeleceram novas relações com o Estado, passando a ser apoiadas e não apenas controladas (Kinpara, 2005).

Santos e Cândido (2017) demonstram as relações entre agricultura familiar, agroecologia e cooperativismo e, conseqüentemente, a busca por uma sustentabilidade econômico, social e ambiental:

Na agricultura, o papel desempenhado pelo associativismo é muito importante, haja vista a dificuldade que o agricultor se depara para a execução de suas atividades, seja pelo próprio sistema agrícola ou pela falta de incentivos, por parte dos poderes públicos, para o setor. O cooperativismo é um modelo de economia solidária que procura maximizar o predomínio do fator trabalho sobre o fator capital, e pode ser composto por associados, produtores autônomos que compram e vendem em conjunto, por meio da cooperativa, ou produtores que formam unidades produtivas comuns. Com o passar do tempo, ficou evidente que a organização das pessoas em equipe, a fim de unir forças, resulta em grandes benefícios para a classe, na agricultura não é diferente. Como resultado do cooperativismo, tem-se a redução dos custos em relação às receitas e às conquistas de maiores fatias do mercado, ou seja, o fortalecimento da estrutura de mercado, que, no caso dos produtores agroecológicos, resultam em maior participação em feiras agroecológicas e na conquista do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo governo federal que “obriga” as escolas públicas a inserir em seu planejamento de compra de merendas escolares, a aquisição de 30% de produtos orgânicos aos produtores familiares de cada município (Santos; Cândido, 2017, p. 81).

Economia solidária, predomínio do fator trabalho sobre o capital, redução de custos em relação às receitas, conquista de maiores fatias de mercado, participação em feiras agroecológicas e incentivos governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), são benefícios enumerados pelos autores. Todavia, a aquisição de créditos para

---

subsidiar a produção era ainda, na década de 1990, uma das grandes dificuldades dos agricultores familiares com consequências sobre a agroecologia e a sustentabilidade.

A agricultura familiar tem se caracterizado, historicamente, por encontrar dificuldades de acesso a canais de comercialização. Nesse sentido, ganha importância o cooperativismo/associativismo. O cooperativismo é uma associação socioeconômica que auxilia os agricultores familiares a atingirem seus objetivos, constituindo-se como um modelo de economia solidária, em que uns ajudam os outros, a fim de maximizar o predomínio do fator trabalho sobre o fator capital (Gawlak, 2007). Os estudos demonstram a importância do cooperativismo/associativismo para a agricultura familiar na perspectiva de um desenvolvimento sustentável e para o acesso às políticas públicas orientadas para o segmento agrícola, tais como o PAA e PNAE (Frank; Hahn; Sinhorini, 2014).

Dentre as diversas formas de cooperativismo/associativismo ligados à agricultura familiar e à produção orgânica, destacam-se aquelas da economia solidária. Singer (2002) explica a diferença entre solidariedade e competição na economia. A apologia da competição, em uma visão unilateral, apresenta apenas a perspectiva dos vencedores, sem nominar os processos de exclusão social. Para se alcançar uma sociedade em que predomina a igualdade entre todos os seus membros, seria necessário que a economia fosse solidária e não competitiva. Todos os participantes da atividade econômica deveriam cooperar e não competir. A competitividade e a desigualdade não são naturais.

Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade (Singer, 2002, p. 10).

Dessa forma, conforme aponta Singer (2002), a economia solidária é a melhor alternativa para o trabalhador. Nas cooperativas de economia solidária, os princípios básicos são, simultaneamente, a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A utilização dos mencionados princípios conduz à união entre todos os que produzem em uma única classe de trabalhadores, os quais são proprietários de capital por igual na cooperativa ou associação/sociedade econômica.

---

A pesquisa aborda uma agroindústria que pratica o cooperativismo solidário na modalidade de produção. Cooperativas de produção são associações de trabalhadores, inclusive administradores, técnicos etc., que buscam a produção de bens ou serviços a serem vendidos em mercados. O cooperativismo solidário ganhou grande destaque nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária.

O MST conseguiu assentar centenas de milhares de famílias em terras desapropriadas de latifúndios improdutivos. O movimento decidiu que promoveria a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, dando lugar a outra modalidade de economia solidária no Brasil. Para realizar isso, criou em 1989 e 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Passados dez anos de sua organização, o SCA conta com 86 cooperativas distribuídas em diversos estados brasileiros, divididas em três formas principais: Cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Prestação de Serviços e Cooperativas de Crédito (Singer, 2002, p. 123).

A questão da mulher na economia solidária iniciou-se com a consciência da invisibilidade, da marginalização e do não reconhecimento do protagonismo das mulheres. Nesse modelo de cooperativa solidária, a participação das mulheres agricultoras se encontra ligada à busca por novas alternativas de renda familiar (Melo, 2003). O reconhecimento do importante papel desempenhado pelas mulheres na produção de riquezas e na promoção do bem-estar das sociedades significa abandonar uma lógica monetária, de maximização do lucro e acumulação de capital. Entretanto, a valorização das atividades não monetárias assumidas pelas mulheres torna-se insignificante se, simultaneamente, elas não tiverem acesso ao trabalho remunerado, modo privilegiado para alcançarem um mínimo de autonomia (Nobre, 2003).

A participação das mulheres agricultoras no mercado de trabalho ganhou destaque em 2004, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da criação da Aliança Cooperativa Internacional, ou seja, o Associativismo Rural (DENACOOOP). Essa iniciativa incorporou o componente gênero como política pública em um programa chamado Coopergênero, o qual tem como objetivo a construção de um tratamento de igualdade entre homens e mulheres nas ações e capacitação da renda, no âmbito interno das cooperativas e associações, para o desenvolvimento sustentável das famílias (Oliveira *et al.*, 2018).

---

A discussão sobre mulheres e gênero na economia solidária ainda é pequena diante das contribuições das mulheres nas práticas inovadoras. Esta pesquisa, portanto, ao abordar a iniciativa das mulheres do assentamento Olga Benário, em uma agroindústria ligada a uma cooperativa de economia solidária do MST (COPCRAF), tem como objetivo contribuir para intensificar e aprofundar esse debate.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

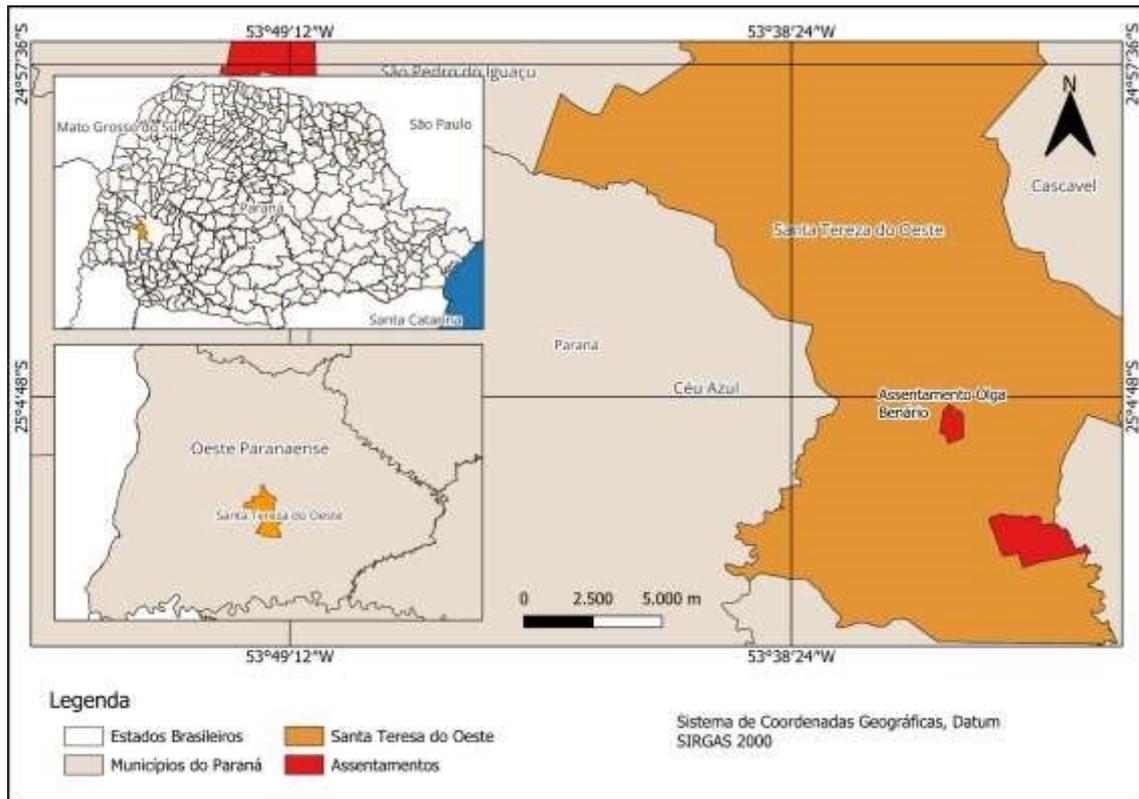
O trabalho foi configurado sob a forma de estudo de caso, que é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2001, p. 32). Para a análise do estudo de caso, foi realizada uma ampla revisão de literatura com fundamentação teórica e estruturação da pesquisa, que também contou com duas entrevistas realizadas em campo.

O método praticado é interdisciplinar, pelo cruzamento de olhares científicos distintos. A pesquisa foi realizada no contexto de uma imersão de campo, em que estudantes de Mestrado e Doutorado do PPGDRS analisam experiências de Desenvolvimento Rural Sustentável, na disciplina de Extensão Inovadora e Desenvolvimento Rural Sustentável. A prática valoriza o diálogo de saberes e o resgate cultural dos camponeses, sobre o mundo onde eles vivem, que questões se apresentam como desafios, quais estratégias os atores sociais adotam, como é o processo de cooperação, quais desenhos organizacionais e estratégias de mercado eles adotam. O objetivo é complementar a formação de pesquisadores, com mais sensibilidade socioambiental, além de cidadãos engajados em processos de mudança, contribuindo para promover a transição agroecológica e o fortalecimento do protagonismo das organizações e dos atores envolvidos no projeto agroecológico (Zonin, 2007; 2020; 2023).

O objeto do estudo foi a “Casa de Massas”, originária da associação de produção agroecológica do assentamento Olga Benário, vinculada à Cooperativa da Reforma Agrária e Agricultura Familiar (COPCRAF) e localizada no Assentamento Olga Benário, em Santa Tereza do Oeste - Paraná. Esse assentamento possui uma área de 92 hectares, destes 55 hectares de produção, divididos entre as dez famílias assentadas. O restante da área está assim dividido: área de preservação permanente (4,69 ha), área de reserva legal (18,40 ha) e área coletiva e comunitária (13,91 ha). Nesta última, está localizada a agroindústria (Figura

1). A localização do assentamento é o diferencial em relação aos demais, pois está a 7 km de Santa Tereza do Oeste e 15 km de Cascavel - Paraná, município mais populoso e com grande oportunidade de comercialização de alimentos saudáveis da microrregião Oeste do estado.

Figura 1- Mapa de localização do assentamento Olga Benário em Santa Tereza do Oeste, Paraná



Fonte: Autores. IBGE, 2022.

Os dados foram coletados em dois momentos. O primeiro, no mês de abril de 2023, com alguns sócios da cooperativa, e o segundo, no mês de junho de 2023, com o grupo de mulheres que coordenam as atividades na Casa de Massas. As informações foram obtidas com a utilização de técnicas como a observação participante e entrevista, usando formulário semiestruturado com questões abertas e fechadas, com o objetivo de validar empiricamente o objeto da pesquisa. No segundo momento, a entrevista específica com as mulheres do grupo aborda temas voltados ao papel da mulher na agricultura, abrangendo

---

três eixos (participação feminina na produção e renda, cooperação solidária e políticas públicas), os quais foram apresentados às entrevistadas na forma de questões.

As perguntas que serviram como estrutura inicial para essa abordagem foram as seguintes:

- 1- Quantas famílias do assentamento trabalham na agroindústria? Quantas mulheres? Existe outra atividade além da produção na agroindústria?
- 2- Quais são os principais produtos da agroindústria comercializados nos programas institucionais? Considera que o poder público, por meio dos programas institucionais, está dando a devida prioridade aos produtos produzidos na agroindústria? Sim ( ) Não ( ) Não souberam responder.
- 3- Do total do faturamento na agroindústria, qual é o percentual da participação na renda da família? ( ) não souberam responder ( ) 20% - 40% ( ) 50% - 80% ( ) 90% - 100%. De que forma essa renda gerada na agroindústria é utilizada na família? É investida em quais itens? Na divisão dos custos para manutenção da família e casa, como é observada a contribuição econômica masculina? Se equipara?
- 4- Sem a cooperativa Copcraf e o programa PNAE, manter-se-iam na agroindústria? Sim ( ) Não ( ). Quais são os benefícios oferecidos pela cooperativa para a agroindústria? Quais são as principais dificuldades para manutenção da produção na agroindústria?
- 5- É importante na vida da mulher ter os contratos de concessão de uso da terra e crédito em seu nome? Como os homens veem essa lei? Como os maridos observam o seu trabalho “fora” da agroindústria? Apoiam o desenvolvimento deste trabalho? Demonstrem interesse em auxiliar (atividades domésticas, cuidar das crianças etc.)?

Posteriormente, os dados foram examinados, utilizando os procedimentos da análise de conteúdo, de natureza qualitativa, visando a produzir novas compreensões sobre fenômenos e discursos.

## RESULTADOS

A agroindústria presente no Assentamento Olga Benário dedica-se à produção de produtos panificados. Contudo, percebendo que esse termo engloba diversos produtos, que não são produzidos pelos membros, a agroindústria alterou o nome original “padaria” para “panificadora” e, recentemente, a identidade comercial é “Casa de Massas Olga Benário”, e

---

produz macarrão, pães e bolo doce (cuca), este último em menor quantidade, visando à redução de uso do açúcar na dieta dos consumidores.

Oito famílias trabalham na agroindústria, sendo sete do Assentamento Olga Benário e uma do Assentamento Sepé Tiaraju, totalizando 17 pessoas que atuam diretamente na Casa de Massas. O trabalho compreende todo o processo, desde a aquisição de matéria-prima até a construção de novos espaços de comercialização, o aprimoramento das receitas, entre outros. A idealização da Casa de Massas iniciou em 2008/2009 e a concretização ocorreu de forma gradual entre 2010 e 2011.

Das 17 pessoas, estão 6 mulheres, 7 homens e 4 jovens aprendizes de diferentes idades. Em alguns casos, atuam o casal e, em outros, apenas a mulher ou o homem. Além das atividades que as mulheres realizam na Casa de Massas, elas trabalham em outras atividades: algumas trabalham fora do assentamento e outras realizam as atividades nos lotes, fazendo produtos agrícolas para o autoconsumo da família.

Os resultados foram organizados em quatro eixos: o primeiro expõe a contribuição da Casa de Massas na formação da renda familiar; o segundo debate alguns problemas encontrados no cotidiano da agroindústria; o terceiro se refere à Casa de Massas como espaço educativo e de convivência da comunidade; e o quarto eixo faz a reflexão acerca de como essas características corroboram para o protagonismo feminino e igualdade de gênero nessa comunidade camponesa, a partir da agroindústria Casa de Massas.

### **A renda gerada pela Casa de Massas**

As entrevistadas destacaram a importância que a renda proveniente da Casa de Massas tem para os membros que nela trabalham. De acordo com elas, a atividade na agroindústria compõe de 50% a 80% da renda da família, ou seja, em alguns casos, é a principal receita da família. Isso pode ser confirmado a partir do depoimento da assentada 1, destacando que o faturamento da agroindústria contribui muito para as necessidades da família, e que é a renda principal, uma vez que seu esposo é aposentado.

Retornando à questão da renda gerada a partir da comercialização dos produtos da agroindústria, o valor do trabalho contribui para atender ao que a família precisa para as necessidades básicas, para melhorar a sua condição de vida, realizar seus projetos e vê-los como fruto do seu trabalho. Cada família do assentamento decide, dentro da sua realidade, como investir o dinheiro. Um outro aspecto importante é o fato de que os trabalhadores se

---

reconhecem como pertencente a cooperativa, como um todo, conforme pode ser observado no relato da Assentada 3:

Nós somos a cooperativa, a cooperativa é nós, uma coisa depende da outra, é uma relação de interdependência.

Os produtos da Casa de Massas são vendidos para os programas institucionais, principalmente o PNAE, que tem foco na merenda escolar. O pão e macarrão são os produtos mais aceitos e comercializados. O pão doce, conhecido na região como “cuca”, possui algumas restrições, devido às alterações na legislação referentes à presença de açúcar na dieta infantil e a comercialização é realizada em menor frequência.

Segundo a assentada 4, existe hoje um sistema de pagamento para os trabalhadores da agroindústria, que foi se desenvolvendo no decorrer dos anos. A agroindústria tem cerca de 12 anos de existência e, nesse período, foram várias mudanças realizadas quanto à organização da compra dos produtos, à comercialização e ao pagamento aos trabalhadores. Atualmente, o grupo mantém uma reserva financeira para a compra dos insumos para a produção das massas. Produzem, vendem, recebem o total comercializado. Após isso, cada trabalhador recebe proporcionalmente pelo tempo dedicado à Casa de Massas.

Martins *et al.* (2020) afirmam que as agroindústrias contribuem para a diversificação de atividades, minimizando riscos econômicos em contextos de vulnerabilidade e permitindo a inclusão social das mulheres e utilização de práticas mais sustentáveis de produção.

De modo geral, os programas governamentais demoram para pagar os produtos comercializados, o que justifica a necessidade de estabelecer um caixa para novas compras e garantir novas produções. Entretanto, o grupo ainda depende de 80 a 90% dos programas governamentais para a manutenção da estrutura. Uma das possíveis alternativas buscadas é a inserção dos produtos no Armazém do Campo, que é uma rede de armazéns vinculada ao MST, com lojas em todo o Brasil, sendo a mais próxima em Cascavel-PR, ou em pequenos estabelecimentos comerciais. A cooperativa, de acordo com a assentada 3, recebeu uma proposta de uma grande rede mercadista de Cascavel para a comercialização dos produtos, contudo, não há condições físicas (espaço e equipamentos) e nem recursos humanos para assumir esse compromisso.

Apesar das dificuldades relatadas pelas assentadas para execução de contratos com órgãos públicos, resultados recentes apresentados por Paula *et al.* (2023) revelam que o

---

PNAE é um importante instrumento de elevação de renda para a agricultura familiar, configurando-se como componente importante de uma estratégia de desenvolvimento local.

Segundo as assentadas, a COPCRAF é fundamental para a produção da agroindústria. Isso porque ela atua em diversos segmentos, desde o planejamento da produção e comercialização dos produtos, na ampliação de mercados, no intercâmbio com outras agroindústrias, na promoção de cursos de capacitação, no aperfeiçoamento de práticas e manipulação dos alimentos. A cooperativa também se dedica às questões administrativas (participação de editais, planejamento da logística de entregas, emissão de notas fiscais e pagamentos). Para elas, sem o suporte oferecido pela cooperativa, a agroindústria não se sustentaria. Contrigiani *et al.* (2023), ao estudarem os circuitos curtos de comercialização, identificaram a cooperativa com papel fundamental da organização coletiva e uma forma de ação educativa e para promoção do desenvolvimento rural.

### **Os problemas enfrentados pela agroindústria**

Muitos são os frutos colhidos no decorrer dos anos, contudo, muitas questões ainda estão por serem resolvidas. Nos relatos, as assentadas apontam várias dificuldades, como a falta de espaço e equipamentos, mão de obra qualificada (pessoas que iniciem o trabalho e deem continuidade), dificuldade de entrar em novos espaços de comercialização, aceitação por parte de alguns órgãos dos produtos produzidos, em especial, aqueles que estão no processo da certificadora participativa, que, por desconhecer a legislação federal que ampara essa modalidade de certificação denominada OPAC (Organismo Participativo da Avaliação da Conformidade), desqualifica todo o processo.

Para dar um passo à frente no processo de produção e organização, tem um tempo de gestação das ideias, e esse processo de gestação das ideias é o diálogo, a busca da informação, tomar a decisão mais acertada, que todos sentem contemplados. (Assentada 3)

Conforme o relato da Assentada 3, as questões e dificuldades que surgiram e que vão surgir no decorrer do tempo, precisam levar em consideração a decisão dos seus membros. Isto significa que todos precisam participar, estarem informados sobre os passos necessários, ter informações a respeito das mudanças para que o negócio tenha sucesso.

---

Um outro ponto importante e que preocupa as famílias assentadas para a continuidade da produção na Casa de Massas é a questão da sucessão. Os filhos das entrevistadas, por exemplo, passaram pela agroindústria e não permaneceram na atividade. Este movimento é considerado como algo natural pelas entrevistadas uma vez que esse processo e sonho hoje é realizado pelos pais é diferente dos projetos e sonhos pensados pelos filhos.

Outra dificuldade é o fato de que, em alguns casos, não é possível parar a produção para decidir coletivamente os novos caminhos a serem percorridos, o que precisa passar por uma mudança ou alteração na sua realização. Nesses casos, é preciso trabalhar e, ao mesmo tempo, pensar e discutir as mudanças. Neste sentido, se faz necessário um alinhamento e diálogo acerca da produção e dos caminhos a serem percorridos.

### **A casa de massas para além da renda**

A casa de massas é conduzida como uma empresa, mas não possui um único dono; é um espaço coletivo, no qual todos precisam participar, debater e decidir coletivamente. Trabalham mulheres, homens e jovens em um sistema de cooperação.

Os filhos das entrevistadas, e de outros membros do assentamento, já participaram, e alguns ainda participam das atividades da agroindústria. Em muitos casos, eles não permanecem na atividade. De acordo com as entrevistadas, procuram respeitar os sonhos e os projetos dos seus filhos, alimentando o sonho que eles têm. É importante destacar que os adolescentes estudam e dedicam uma parte do seu tempo para auxiliar na agroindústria, isso depois de cumprir suas atividades e tarefas escolares.

Para a Assentada 3

A agroindústria é filho desse coletivo, algo criado por esse coletivo, muitos se identificam, alimentam sonho, mas sonham mais do que isso

Isto significa que a agroindústria representa mais do que fonte de renda, é um espaço criado e cultivado pelas pessoas que trabalham neste local, que alimenta a sua identidade enquanto produtor, que reconhece e valoriza seu trabalho e que permite que sonhos sejam sonhados. Mesmo com esse reconhecimento pelo trabalho realizado, algumas dificuldades e desafios são vivenciados, como por exemplo o fato de que as crianças, os filhos dos assentados diziam que não queriam trabalhar na agroindústria porque os pais estavam muito cansados quando chegavam em casa, depois de um longo período de

---

trabalho, e não tinham tempo para brincar com eles. E Isso porque as atividades da agroindústria exigiam, e ainda exigem, muito dos membros.

Atualmente, os adolescentes que realizam atividades na agroindústria recebem um valor pela atividade realizada. Eles decidem como investir o seu rendimento, mas as famílias orientam quanto às escolhas. As entrevistadas reafirmam a felicidade em ver seus filhos realizando seus projetos e sonhos, a partir do trabalho por eles realizado e pelo valor que recebem.

Destacam que a agroindústria vai além do trabalho. É um espaço onde prevalecem as relações humanas, é um espaço de relações entre todos os integrantes, portanto, um ambiente educativo. As atividades contribuem para a reflexão quanto a alguns comportamentos e ações realizadas no ambiente da casa. Além disso, ao trabalhar e receber pelo trabalho realizado, transforma-se a autoestima dos trabalhadores. Os jovens iniciam a problematização da gestão dos seus recursos financeiros, além de iniciarem as compreensões sobre os trabalhos coletivos e as tomadas de decisões.

Isso indica que a Casa de Massas faz as relações apontadas por Prezotto (2002). Segundo ele, a pequena agroindústria pode se apresentar como um instrumento de desenvolvimento da agricultura familiar, mas essa ação da agroindústria necessita ser alicerçada na construção da cidadania, e, para atingir esses objetivos, a agroindústria não pode ser constituída levando em consideração apenas aspectos econômicos; ela deve se apresentar com um jeito próprio, levando em consideração o local em que está inserida, articulada à lógica da agricultura familiar.

### **Igualdade de gênero**

É importante salientar que as mulheres inseridas nesse processo de trabalho coletivo estão inseridas no processo da luta por igualdade de gênero, são conscientes, conforme explica a assentada 3:

A Casa de Massas tenta garantir a autonomia das mulheres que no mundo rural sempre foram podadas, né? O mundo rural historicamente é machista e patriarcal, evita a participação ativa das mulheres. Então organizar a agroindústria também é uma forma de tentar quebrar isso, colocar uma cunha nesse problema histórico.

Ela continua: “Então isso é muito claro para nós, a gente sempre busca garantir a autonomia das mulheres na cooperativa. Hoje a maioria dos associados são mulheres envolvidas na produção, grande maioria mulheres”. A assentada 3 se refere à cooperativa do MST, que organiza e faz a gestão também de hortaliças e frutíferas dos assentamentos na região.

Ao relacionar essas afirmações de protagonismo à geração de renda, é interessante observar a concretude que assume o protagonismo feminino nessa comunidade, passando pelo fio condutor da agroindústria Casa de Massas. As relações de tomadas de decisões coletivas no estabelecimento também contribuem nesse protagonismo feminino, e na igualdade de gênero.

Figura 2 - Etapas do trabalho na Casa de Massas Olga Benário: planejamento, produção, comercialização e divulgação



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

É importante esclarecer que essa emancipação feminina que vem ocorrendo é a essência da luta por igualdade de gênero. Nogueira (2011) apresenta que, nos moldes convencionais dessa pauta, o mundo do trabalho se destaca pela “feminização” do trabalho, referindo-se ao fato de que, nas últimas décadas, estudos apontam para o crescimento de mulheres empregadas nos postos de trabalho. No entanto, são trabalhos calcados na dominação patriarcal, e vem ocorrendo um agravamento da precarização do trabalho feminino, pois o capital incorpora o trabalho feminino, que possui características de

---

polivalência e multiatividade, sendo decorrentes das suas atividades no espaço reprodutivo, o que as tornam mais apropriadas às novas formas de exploração pelo capital produtivo.

Esses elos gerados na agroindústria, de certa forma, também são refletidos no interior das relações familiares, com mais ou menos intensidade nas famílias, levando em consideração o histórico de cada indivíduo e a inserção em um movimento social que pauta a igualdade de gênero. A assentada 1 comenta: “Tomamos as decisões de gastos juntos, tanto o que ele ganha como o que eu ganho”. Ela se refere aos gastos com o cotidiano da família. Observa-se, portanto, nessa situação, o fato de as mulheres participarem de uma atividade coletiva que as permite a participação na tomada de decisão no coletivo e nas relações familiares.

Outro aspecto interessante é que os homens que possuem suas esposas trabalhando na agroindústria assumem que o trabalho doméstico é função de quem habita o estabelecimento, portanto, compartilham os afazeres. No entanto, ainda existem alguns homens que trabalham na Casa de Massas, realizando qualquer tipo de trabalho, porém, em casa assumem o discurso de que o trabalho doméstico é função estritamente feminina, reproduzindo a lógica machista. De acordo com a assentada 3, esse comportamento vem da criação familiar, algo antes da relação matrimonial, que não foi naturalizado na vida daquela pessoa, mas que hoje se trabalha para desconstruir essa lógica. Portanto, esse fato demonstra que há muito a ser desconstruído e reconstruído nos mais diversos níveis e aspectos.

Esse reflexo de igualdade de gênero pode ser observado a partir do Contrato de Concessão de Uso (CCU): entre 10 famílias que fazem parte do Assentamento Olga Benário, apenas 2 mulheres têm o título do lote em seu nome. As mudanças na legislação que incluíram a titularidade da mulher ocorreram com a Portaria n.º 981/2003, publicada pelo Incra, e com a Instrução Normativa n.º 38/2007, também publicada pelo Incra. Portanto, no assentamento Olga Benário, a titulação em nome das mulheres contempla apenas 2 assentadas que tiveram a titulação efetivada após a mudança na lei.

Outro reflexo foi a Lei da Agricultura Familiar n.º 11326/2006, um importante marco na história, especialmente para as mulheres que se dedicam a esse setor. Esse reconhecimento das trabalhadoras rurais elevou a importância do papel das mulheres nessa atividade, que muitas vezes estavam à margem da sociedade no que se refere aos seus direitos trabalhistas; de assistência técnica, de crédito e sua contribuição na produção de alimento saudável para a população.

---

De acordo com a assentada 2, “não tem diferença ter ou não o título em seu nome, visto que trabalham em conjunto há 23 anos e quando iniciaram moravam debaixo de uma lona e tudo o que construíram neste tempo foi e é fruto do trabalho do casal”. Desse modo, o que é produzido e construído é oriundo do trabalho e do dinheiro dos dois, não ocorrendo a separação de bens e valores.

Segundo a assentada 3, “as famílias que formam o grupo são pequenas e a construção foi realizada de forma coletiva pelos membros do assentamento. Este trabalho coletivo e de cooperação é algo ensinado e trabalhado pelo próprio movimento”. Ainda segundo as entrevistadas, para este grupo, não faz diferença o nome do homem ou da mulher na titulação do lote, pois o que prevalece no assentamento não é o que é praticado no sistema que estamos inseridos, no qual quem tem terra tem poder.

Além dessa cooperação e coletividade, o movimento ensina relações de gênero, igualdade, e outros valores importantes para a convivência coletiva, contudo, sabem que não são uma sociedade isolada do todo, ou seja, sabem como funciona o sistema capitalista e como ele reflete nas relações humanas.

Apesar disso, é possível observar que a inserção e engajamento das mulheres na agroindustrialização mostram caminhos para uma nova perspectiva sobre o trabalho no campo. Para Do Nascimento *et al.* (2022), a força do trabalho coletivo cria oportunidades para novas relações sociais e indica possíveis mudanças na dinâmica familiar. Esse avanço é alcançado por meio do reconhecimento e valorização financeira, além da busca por igualdade na divisão das tarefas.

A partir da geração de renda, as mulheres são empoderadas, o que lhes confere não só ativa participação nas decisões, mas também a sensação de ter voz e autonomia para construir algo maior e realizar seus mais audaciosos sonhos. Em suma, elas são verdadeiras catalisadoras, uma vez que desempenham papel ativo e participativo em todas as esferas da construção social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou refletir sobre a importância dos movimentos sociais, da agroecologia, da agroindústria e o efeito das políticas públicas na produção e organização do assentamento Olga Benário a partir de um estudo de caso e entrevistas realizadas com as lideranças femininas da casa de massas.

---

A participação na agroindústria e o papel da mulher neste espaço de cooperação é evidente. Observou-se que elas são ativas no processo das tomadas de decisão, na realização das atividades e na escrita da própria história. As entrevistas indicam, em vários momentos, a importância do coletivo para a realização das atividades e a necessidade da cooperação para a construção coletiva de desenvolvimento. Outra observação importante é que a agroindústria também é um espaço educativo, de troca de experiência, que acolhe a todos que podem contribuir com o grupo.

Por fim, é possível destacar que as políticas públicas viabilizadas por meio de programas institucionais e a organização das famílias com o auxílio da cooperativa são fundamentais para a comercialização dos produtos agroindustrializados.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura Familiar e o Uso do Solo**. 1997. Disponível em: [http://www.produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02\\_08.pdf](http://www.produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_08.pdf). Acesso em: 02 set. 2024.

Agricultura Familiar. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11\\_00\\_Texto.pdf](https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf). Acesso em: 02 set. 2024.

ALVES FERREIRA, R. L. Agregação de valor nos produtos da agricultura familiar de Foz do Iguaçu -PR: O caso da agroindústria Delícias do Campo. **RELACult - Revista Latinoamericana De Estudos Em Cultura E Sociedade**, [s. l.], v. 3, n. 3, 2017. DOI: <https://doi.org/10.23899/relacult.v3i3.607>

BIALOSKORSKI NETO, S. Gestão do agribusiness cooperativo. *In*: BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto 6.959/2009**. Dá nova redação aos artigos. 3º, 4º e 5º do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília, Presidência da República, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.465 de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências. Brasília, 11 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto 11.452/2023**. No uso das atribuições que lhe confere o arts. 1º o, 2º, 3º e 4º. Institui o Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais e o seu Comitê Gestor. Brasília, Presidência da República, 2023.

BUCKLES, D.; NEGRO, S. **Mulheres na Agricultura: O Papel das Mulheres na Agricultura Familiar Sustentável**. Porto Alegre: ENFAPERGS, 2004.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CONTRIGIANI, A. C.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C.; MONTEBELLO, A. E. S.; SAUTIER, D. Trajetória para a construção de um circuito curto de comercialização por meio do cooperativismo: o caso das cestas agroecológicas do Assentamento Milton Santos. **Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)**, [s. l.], v. 14, n. 4, p. 5745–5760, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i4.2019. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2019>. Acesso em: 4 jul. 2023.

DEMETRIO, M. **Agroindústrias familiares ecológicas e a agregação de valor alimentar: trajetória de mulheres rurais no desenvolvimento regional**. 174 f. 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2022.

DO NASCIMENTO, D.; SILVEIRA, J. P.; THOMÉ DA CRUZ, F. O trabalho de mulheres assentadas da reforma agrária no contexto de uma agroindústria familiar. **Retratos de Assentamentos**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 185-208, 2022. DOI: 10.25059/25272594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.514. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/514>. Acesso em: 4 jul. 2023.

ERAZO, R. L.; COSTA, S. C. F. C.; SILVA, L. J. S. A importância da mulher na agricultura familiar: Comunidade Lago Janauacá Careiro Castanho – AM. **Revista Terceira**, Amazonas, v. 6, n. 15, p. 242-255, 2020.

FAVARE, M. C. C.; YADA, M. M. A importância da mulher na agricultura familiar. **SIMTEC - Simpósio de Tecnologia da Fatec Taquaritinga**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 427-436, 2019.

FRANK, L.; HAHN, K. G.; SINHORINI, J. M.; GRANDI, A. M. Alternativas de agregação de valor para a agricultura familiar: cooperativa Amperense dos Produtores de Vinho. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 11, n. 2, p. 31-43, 2014.

GADELHA, R. R. Agroecologia e ecofeminismo: interfases para o desenvolvimento sustentável. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 207-220, 2020.

---

GAWLAK, A. **Cooperativismo: primeiras lições**. Brasília: SESCOOP, 2007.

GUHUR, Dominique. SILVA, Nívia Regina da. Agroecologia in Dicionário de agroecologia e educação. Org. Alexandre Pessoa Dias et al. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2021.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e no Brasil. **RESR**, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 125-146, 2014.

IBGE. **Portal de Mapas, 2022**. Disponível em:  
<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa223844>. Acesso em: 25 jun. 2023.

INCRÁ. **Cresce o número de mulheres titulares de terra da reforma agrária**. Disponível em: <https://www.irib.org.br/noticias/detalhes/cresce-o-numero-de-mulherestitulares-de-terra-da-reforma-agraria>. Acesso em: 14 jun. 2023.

INCRÁ. **Instrução Normativa nº 38 de 13/03/2007**. Disponível em:  
<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=77057>. Acesso em: 14 jun. 2023.

INCRÁ. **Portaria nº 981 de 02/10/2003**. Disponível em:  
<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=185200>. Acesso em: 14 jun. 2023.

KINPARA, D. I. **Cooperativas de nova geração e a Agroenergia no Brasil**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2005.

KROTH, D. C.; GEREMIA, D. S.; MUSSIO, B. R. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Chapecó, v. 25, n. 10, p. 4065-4076, out. 2020.

LOLI, D. A.; LIMA, R. S.; SILOCHI, R. M. H. Q. Mulheres em contextos rurais e Segurança Alimentar e Nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 27, p. 1-13, 2020.

LUTKE, V.; COSTA, C. Agroindústrias familiares, mercados institucionais e empoderamento das mulheres: uma discussão a partir de Santana do Livramento/RS. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, [s. l.], v. 14, n. 32, p. 266-292, 2019.

MALUFE, R. S.; FLEXOR, G. (Orgs.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais Conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

MANASCHE, R. **A agricultura familiar à mesa: Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2007.

MARTINS, S. P. *Et al.* Desenvolvimento rural a partir da inserção em mercados agroalimentares. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 10-34, 2020.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do Neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília: Nead, 2010.

- MELO, L. A. **Relações de gênero na agricultura familiar: O caso do (PRONAF) em Afogados da Ingazeira-PE.** 2003. 215 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Biblioteca Virtual em Saúde.** Disponível em: <https://bvsms.lime.gov.br/limentação-saudavel/>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Unochapecó; Argos, 2005
- NASCIMENTO, D. T; JOHANN, J. A.; BASSO, D. O grau de satisfação dos agricultores em relação ao programa de aquisição de alimentos. **Revista de Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 82-107, 2017.
- NOBRE, M. Mulheres na economia solidária. *In*: CATTANI, A. **A Outra Economia.** Porto Alegre: Editora Veraz e Unitrabalho, 2003.
- NOGUEIRA, C. M. Integrar desintegrando: as metamorfoses no mundo do trabalho feminino, na agroindústria. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 27, p. 186-199, 2011.
- OLIVEIRA, N. S. M. N.; CARVALHO, E. S.; NASCIMENTO, T. P.; SCHMIDT, C. M. Cooperação e empoderamento feminino: análise do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) em uma cooperativa agrária no Paraná. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], v. 26, n. 3, 2018.
- ONU. AGENDA 2030. **Acompanhando o desenvolvimento sustentável até 2030.** 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- PAULA, S. R.; SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, S. P.; ALVES, F.; VALADARES, A. A. **A Inserção da agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar: impactos na renda e na atividade produtiva.** Brasília: Ipea, maio, 2023. 38 p. (Texto para Discussão, 2884). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2884-port>
- PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 31, p. 133-153, abr. 2002.
- SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A. Sustentabilidade e agricultura familiar. Um estudo de caso em uma associação de trabalhadores rurais. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 7, n. 1, 2017.
- SANTOS, C. **Mulheres Rurais: uma análise da luta pela terra e pela cidadania.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SCHINAIDER, Alessandra Daiana et al. Agroindústria: conceitos e relação com o desenvolvimento rural. *In*: WIVES, Daniela Garcez; KÜHN, Daniela Dias (Orgs.).

---

Gestão e planejamento de agroindústrias familiares. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad401.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.

SILIPRANDI, E. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Revista Brasil Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007.

SILVA, J. S. **Mercados institucionais e a participação feminina**: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SILVA, M. Z. T. S. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. **Configurações**, [s. l.], v. 25, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.8626> disponível em: <http://journals.openedition.org/configuracoes/8626>. Acesso em: 11 jun. 2023.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

UDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília: Nead, 2010.

VAROTTO, D. P. Agroecologia e gênero: perspectivas para a emancipação das mulheres e a agricultura familiar. **RELA Cult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [s. l.], v. 3, n. 3, 2017. DOI: 10.23899/relacult.v3i3.859. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/859>. Acesso em: 2 jul. 2023.

ZONIN, W. J. **Transição Agroecológica**: Modalidades e estágios na região metropolitana de Curitiba. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

ZONIN, W. J. A agenda da sustentabilidade e o protagonismo territorial do PPGDRS. *In*: ZONIN, W. J.; MATTIA, V.; SANTOS, N. C.; CARNIATTO, I. **50 anos de Estocolmo72, 30 anos da Rio-92, 10 anos do PPGDRS**: uma análise sobre o III Seminário Internacional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Curitiba: CRV, 2023. p. 17-44.

ZONIN, W. J. *et al.* A interdisciplinaridade no PPGDRS e no seminário internacional de pós-graduação em desenvolvimento rural sustentável. *In*: ZONIN, W. J.; NEUKIRCHEN, L. **Interdisciplinaridade sem fronteiras**: águas, alimentos, saberes, inclusão social e produtiva nos territórios rurais da América Latina. Curitiba: CRV, 2020. p. 15-36.

Submetido em: abril de 2024.

Aceito em: setembro de 2024